

“ENTRA BURRO; SAI LADRÃO” – O IMAGINÁRIO SOBRE A ESCOLA MATERIALIZADO NOS GENÉRICOS*

Fábio Elias Verdiani Tfouni **

Leda Verdiani Tfouni***

Resumo: Nosso objetivo neste trabalho é analisar parte do imaginário social sobre a Escola no Brasil. Pretendemos, em particular, investigar uma fórmula genérica, “Entra burro; sai ladrão”, por ser em lugares discursivos como esse (onde se incluem também “slogans”, provérbios e máximas) que se condensam formações discursivas específicas a respeito de como o sujeito coletivo representa a instituição escolar. Partimos do princípio de que o genérico funciona como um mandamento que faz o sujeito “gozar”, ao ocupar uma posição ideologicamente definida. Pretendemos, ainda, relacionar os resultados obtidos na análise com as representações que são construídas sobre a Escola. Do ponto de vista teórico, procuraremos descrever como a memória se atualiza, tanto no discurso oficial, quanto no imaginário popular, naturalizando sentidos. Um dos aspectos importantes de estudos desse tipo é que se trata de abordar os discursos e, portanto, o “conhecimento” dos próprios usuários do sistema escolar.

Palavras-chave: discurso; imaginário; escola; estudante.

1 INTRODUÇÃO¹

“Guião: Entra burro; sai ladrão.”

Esta espécie de “slogan”, máxima, ou simplesmente genérico circula há algum tempo em Ribeirão Preto, SP, a respeito de uma escola pública da cidade.²

*Trabalho realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Doutor em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: <fabiotfouni@hotmail.com>.

***Professora da Universidade de São Paulo. Doutora em Linguística. E-mail: <lvtfouni@usp.br>.

¹ O termo “gozar”, que aparece neste texto, vem da Psicanálise e é usado aqui para comentar aspectos subjetivos do assujeitamento ideológico (cf. ZIZEK, 1999), ou as formas pelas quais o gozo pode funcionar como força que captura o sujeito.

² Conforme constatamos em discussões com outros pesquisadores, esse “slogan” também é usado por outras escolas públicas, mantendo-se o bordão e alterando-se apenas o nome da instituição.

“Entra burro; sai ladrão”...

Fazemos notar, inicialmente, que se diz, como parte dos discursos sobre a educação, que investir em escola pública não dá voto, porque não é algo visível; não se compara, por exemplo, à construção de um viaduto.

No entanto, o genérico apresentado acima vem questionar isso no sentido de que a enunciação de “Entra burro; sai ladrão” mostra as dificuldades por que passa o setor de educação neste país. Ainda que não seja um discurso que apareça na mídia, com efeito, o que se percebe aí é que, de boca em boca, na voz popular, principalmente entre os alunos, se passa a idéia de que se alguém estudar numa escola pública, ou pelo menos nessa escola pública, não vai ter uma boa educação, e disto decorrerá um fracasso certo (tornar-se ladrão), ao invés de um futuro de sucesso, conforme ao que apregoa a ideologia neoliberal.

Esse genérico não questiona o poder responsável por esse estado de coisas; ao contrário, dá a entender que a escola tem vida própria: ela é ruim em essência, e não como resultado de um processo onde a política e o *contexto social* intervêm.

Um genérico pode ser um acontecimento discursivo sobre outro acontecimento. Pêcheux (1990) comenta, por exemplo, a vitória de Mitterrand nas eleições francesas de 1981, e o “slogan” que tomou conta das ruas na época: “On a gagné!” (“Ganhamos!”).

Para o autor, o acontecimento é aquilo que está: “No ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p 17). Assim, a vitória de Mitterrand é acontecimento num momento em que o tempo tende a zero; daí em diante, já é memória. Desde o estalo do acontecimento, a memória discursiva sobre vários temas trabalha a vitória. Deste modo, os analistas da vitória de Mitterrand (e da conseqüente derrota de seus adversários) podem falar de direita, de esquerda, do Estado Nacional, etc.

O que isso tem a ver com as escolas? Pode-se verificar, por exemplo, os discursos sobre o desempenho de escolas secundárias no vestibular, ou das faculdades, na avaliação do governo. Se tomarmos o acontecimento que pede interpretação como sendo a vitória ou a derrota (o que caracteriza uma disputa, e isso já é discursivo), vemos que, no caso de vitória, as escolas (principalmente as particulares) põem em funcionamento uma série de discursos, mostrando o seu bom desempenho, a capacidade de seus docentes, de seu material pedagógico, da tecnologia educacional. Já no caso de derrota, talvez pudéssemos dizer que não haveria discursos cujo enunciador fosse a própria escola pública; estes discursos

sobre a derrota entrariam em circulação através de outras vozes, como, no caso que está sendo analisado aqui, pelos próprios alunos que sofrem o fracasso.

Em “Ler o arquivo hoje” (1994), Pêcheux mostra que há uma divisão social dos sujeitos em termos de quem tem o direito de produzir discursos sobre um tema qualquer, e quem deve apenas ler e interpretar corretamente, sem equívoco, esse discurso. Assim, notamos que os alunos de escolas normalmente se encaixam no segundo grupo. São apenas leitores, e não produtores de discursos e de conhecimento, daí, que o enunciado “Entra burro; sai ladrão” não é socialmente legitimado como um discurso que contém alguma verdade ou legitimidade sobre a escola.

A questão da paráfrase é importante aqui: Trata-se, não somente de examinar o que é dito, mas também de perguntar o que deixou de ser dito e poderia estar no lugar do enunciado efetivo; portanto, em relação parafrástica com o dizer. Assim, quanto ao genérico “Entra burro; sai ladrão”, notamos que o enunciado poderia ser outro, se a realidade educacional no Brasil também fosse outra. Se houvesse prioridade à educação pública de qualidade, a escola em questão jamais seria tachada como um lugar onde se produz a degradação do ser humano.

No genérico “Guião: Entra burro, sai ladrão”, temos uma sobreposição do discurso policial e do discurso institucional/escolar, marcando o acontecimento como um equívoco. Uma das questões presentes é que o acontecimento policial não é como o institucional, visto que, enquanto o primeiro se situa em uma região de sentidos onde age o discurso jurídico referendando o aparato repressor do Estado (o que se constitui em crime, infração, delito; quem é criminoso, quem é suspeito, etc.), o segundo discursiviza sentidos assentados na questão do sucesso e ascensão social; da garantia de um futuro melhor para quem estuda, e do fracasso para quem não “tira o diploma”.

Esse equívoco, criado pelo cruzamento de duas memórias discursivas, faz com que esse “slogan” seja, ao mesmo tempo, uma retomada dos dois discursos e também algo completamente novo. Isto se traduz pela opacidade que se manifesta na superfície textual do enunciado, opacidade esta que se expressa lingüisticamente pelo sujeito indeterminado (Quem entra burro? Quem sai ladrão?), pela indefinição dos lugares (Onde se entra? De onde se sai?) e ainda devido ao apagamento do processo (Ser aprovado, ser reprovado, ficar de recuperação).

A questão antes levantada do equívoco retorna agora sob roupagens novas, junto com a consideração do real da história (o evento real, o que é?). Para tentar

“Entra burro; sai ladrão”...

explicar este ponto, voltemos à questão da paráfrase, ou seja: do que se deixa de dizer quando se produz um enunciado qualquer.

Deste ponto de vista, vemos que o equívoco trabalha o genérico sobre a escola de tal modo que podemos entender as paráfrases como o outro possível: a escola boa é paráfrase da má. É interessante notar que esse “slogan” aponta para um processo, como se a escola fosse uma máquina, um aparelho ideológico, onde se reproduz o fracasso, e é duplamente ofensivo, pois, além do fracasso escolar, vê-se aí uma reprodução da marginalidade. Numa ponta da máquina se coloca a matéria prima (“entra burro”) e o que sai na linha de montagem é o produto (“ladrão”). Do mesmo modo, por uma relação de exclusão do dito sobre o não-dito, temos que o aluno que entra na escola não pode ser, ao mesmo tempo:

(1) Burro e inteligente
Ladrão e honesto

Do mesmo modo, podemos recuperar, da zona de silenciamento que esse dito genérico inaugura, os seguintes enunciados possíveis, criando um espaço logicamente estabilizado (ou seja, aceito como verdade pela sociedade, ou parte dela) em relação à escola:

(2) Escola privada e boa
Escola pública e ruim.

Assim, no cruzamento da fórmula disjuntiva (1) e da conjuntiva (2), teríamos como deduções “lógicas” que “inteligente” e “honesto” estariam em relação de concordância com “escola privada”, enquanto que “burro” e “ladrão” formariam uma combinatória com “escola pública”.

Podemos, então, dizer que esse genérico está num discurso que visa eternizar a escola pública como ruim, e a privada como boa, e cujo desejo é impedir uma interpretação segundo a qual a escola pública pode ser boa. Do mesmo modo, essa máxima faz circular socialmente uma opinião pejorativa, extremamente depreciativa sobre a Escola, assim como formações imaginárias que repousam em um real contundente acerca do que seja “aprender”, “estudar”, “ensinar”, etc., no mundo moderno. A oposição entre “burro” e “ladrão” produz um efeito segundo o qual se passa a pensar a escola como um lugar onde o fracasso torna-se mais agudo, e onde o que era falta, ou ausência de conhecimento

(“burro”) passa a ser posição criminosa (“ladrão”). Num único enunciado de cinco palavras, condensa-se toda uma visão a respeito da escola, e essa visão não é nada elogiosa.

Obviamente, essa avaliação negativa não surgiu do nada. Nossa posição teórica, sustentada pela Análise de Discurso “francesa” (AD), é que os sentidos não estão prontos para serem usados, tal como as palavras estão no dicionário. Para a AD, existe um *processo histórico* de determinação do sentido das palavras e dos processos sintáticos, e é daí que surge a interpretação. O sujeito-enunciador desse “slogan” foi afetado pela história (ou exterioridade, ou interdiscurso) a partir de um lugar em que não se vislumbra nada de bom que uma escola pública possa oferecer para uma pessoa. Esta formação imaginária tem sua origem em uma formação ideológica, concretizada em discursos que pretendem depreciar o ensino público, ressaltando apenas suas características negativas. Tais discursos circulam através da mídia (jornais, televisão, etc.) e, aliados às péssimas condições materiais de existência das escolas brasileiras, ganham força e acabam sendo condensados em ditos genéricos como esse.

Cabe notar que a enunciação de “Entra burro; sai ladrão”, pelos próprios alunos que freqüentam a escola, sugere que nesse genérico, nesse lugar que é ao mesmo tempo lingüístico e ideológico, se cristaliza um aspecto da identidade ou da subjetividade dos enunciatários, uma vez que, estando na boca dos alunos, ele pode significar: “ ‘Nós’ somos aqueles que entramos burros e saímos ladrões”.

Dando seqüência a esse raciocínio, nota-se também que esse caráter subjetivador ou identificatório do genérico opera um retorno às origens do significado da palavra “slogan”. Segundo Reboul (1975), o “slogan” era inicialmente o grito de guerra dos clãs escoceses. Comenta esse autor: “A história do termo pode nos esclarecer. Sua origem não é inglesa, é gaélica: *sluagh-ghairm* significava, na velha Escócia, “o grito de guerra de um clã” (REBOUL, 1975, p. 7-8).

Assim, a própria origem da palavra parece fazer referência à questão da identidade e da subjetividade. Segue-se daí que há todo um imaginário (construído ideologicamente), que afeta o sujeito do discurso sob o modo da interpelação, e o coloca em lugares específicos de produção de sentidos, sem que ele (sujeito) se dê conta disso. Vozes coletivas, socialmente aceitas como “formadoras de opinião”, ecoam nesses enunciados. Cabe investigar, então, quais são esses genéricos, a quais formações discursivas estão filiados, e que zonas da ideologia o fazem funcionar num determinado sentido, afetado pela história.

“Entra burro; sai ladrão”...

Diante destas colocações, cabe indagar:

- a) O que de memória se atualiza nos “slogans”, máximas, provérbios, palavras de ordem, enfim, nos genéricos em geral que circulam sobre a Escola?
- b) Quais regiões de sentido esses genéricos põem em funcionamento?
- c) Qual a relação entre esses sentidos (sejam eles de defesa, de elogio, de agressão, de denúncia, etc.), e o imaginário coletivo sobre a Escola?
- d) Podemos supor que a eternização do assim chamado “fracasso escolar” pelo discurso (através dos genéricos) é um lugar por onde a ideologia dominante se mantém?

São questões que mobilizam todos aqueles preocupados com o fracasso da escola no momento atual brasileiro. Realizaremos aqui um naco da discussão relativa a essas indagações, procurando mobilizar um aparato teórico específico, que apresentaremos a seguir.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Partindo do ponto de vista da Lógica clássica, L. V. Tfouni (1986) comenta Osten Dähl (1972), que introduz o conceito de “asseverações nômicas” para nomear as expressões de caráter genérico que possuem força de lei, isto é, aquelas que, para serem verdadeiras, requerem uma consideração não só dos estados de coisas reais, como também dos estados de coisas alternativos. As premissas maiores dos silogismos aristotélicos seriam exemplos: “Todo homem é mortal”; “Todo marciano é verde”. Temos aí que não importa se existem marcianos, nem se eles são verdes, para que o enunciado tenha sua força-de-lei, desde que se considere um mundo virtual.

O mesmo autor faz uma distinção entre as asseverações nômicas *descritivas* (aquelas que exprimem leis físicas, biológicas, etc., como, por exemplo, “Toda reta tem infinitos pontos”, ou “O sal se dissolve na água”) e as *normativas* (são as que exprimem normas sociais, morais, costumes, regulamentações, etc., e podem ser violadas ou desobedecidas, como: “Todas as pessoas lavam as mãos antes do almoço”).

O genérico, do ponto de vista da Lógica clássica (FREGE, 1978), caracteriza-se por um fechamento a interpretações, e procura garantir uma, e uma única, interpretação possível. Assim, ele instala a homofonia e apaga a

possibilidade de que o objeto do discurso possa ser olhado e falado a partir de outros pontos de vista, gesto este que instalaria a polissemia.

Ao contrário da visão clássica, outros autores tratam os genéricos a partir de uma visão pragmática da linguagem. Um deles é Reboul (1975), que tem um trabalho importante sobre os “slogans”, do qual falaremos a seguir. É importante ressaltar, inicialmente, que, para o autor, o slogan é uma fórmula que se caracteriza, como todas as fórmulas, por uma estrutura sintática com sujeito indeterminado, o que lhe atribui uma característica de genérico, daí sua importância para este trabalho. Reboul apresenta uma classificação desses genéricos, procurando fazer uma distinção entre o “slogan” e as outras fórmulas, o que comentaremos a seguir:

Norma. Tomada no sentido bastante amplo de instrução, é também uma fórmula breve, anônima, dirigida ao público com o objetivo de provocar ou impedir uma ação precisa. Apresenta-se como ordem, proibição ou aviso, e presta-se à prova ou contraprova. Por exemplo: “Cuidado, cachorro!”. Este aviso pode ser falso; pode não haver cachorro. Reboul acrescenta que a norma tem caráter ilocutório, diferente do “slogan”, que é perlocutório.³ A consequência não interessa na norma. Ela é universal; o “slogan” é polêmico.

Palavra de ordem. Reboul afirma que, enquanto a palavra de ordem resume o fim a ser atingido e oferece um conteúdo tático preciso, “o slogan apela mais diretamente às paixões políticas, ao entusiasmo, ao ódio” (1975, p. 34), ou, acrescentamos nós, do ponto de vista discursivo, apela ao assujeitamento. É importante ressaltar, a este respeito, que acreditamos, diferentemente de Reboul, que não se trata de classes da pragmática como o “perlocutório”, mas de injunções, de assujeitamento, e isto está ligado à questão de quem é o sujeito e como

³ A pragmática é a linha da lingüística que se preocupa com a relação entre os falantes, e do falante com a língua em seu contexto. Ela diferencia atos ilocutórios ou ilocucionários, perlocutórios ou perlocucionários, e locutórios ou locucionários. Que são: **Atos locucionários:** consistem no próprio ato de produção da seqüência lingüística que constitui o enunciado. **Atos ilocucionários:** Consistem na intenção comunicativa do enunciado. Assim, por exemplo, nos atos de fala indiretos, a mensagem pretendida pelo locutor é diferente daquela expressa pelo sentido literal da frase. O exemplo clássico é: “Você pode me passar o sal?”, em que temos uma intenção (não expressa diretamente) de dar uma ordem (“passe-me o sal”), que, no entanto é formulada como uma interrogação. **Atos perlocucionários:** descrevem como o interlocutor (ouvinte) é afetado pelo enunciado; os resultados (ações, etc.) que o enunciado provoca nele. Assim, o enunciado acima pode ter como resultado que o ouvinte passe o saleiro para o emissor.

“Entra burro; sai ladrão”...

age a ideologia. Trata-se, para nós, de uma questão discursiva, portanto. A palavra de ordem é mais precisa e menos passional, é puro imperativo ou optativo, não pretende convencer ninguém, mas dirigir pessoas já convencidas a um objetivo, como, por exemplo, “Seja positivo; doe sangue”.

Divisa. É uma fórmula que simboliza o ideal de uma causa nobre, de uma nação, de um movimento. Reboul afirma que a divisa está muito próxima do “slogan”. Por exemplo, o enunciado “A bandeira é sagrada”.

Em seguida, o autor passa a tratar do “slogan”, que é especificamente o genérico ao qual dedica seu livro:

“**Slogan**”. Reboul define o “slogan” da seguinte maneira:

Chamo slogan uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e freqüentemente anônima, destinada a fazer agir as massas tanto pelo seu estilo quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ele comporta; como o poder de incitação do slogan excede sempre seu sentido explícito, o termo é mais ou menos pejorativo. (1975, p. 39)

A nosso ver, o caráter anônimo do “slogan”, e dos genéricos em geral, advém de uma estrutura lingüística específica, que se caracteriza por ser marcada sintaticamente pela não identificação do enunciador empírico, o que se traduz pelo uso do sujeito indeterminado ou impessoal. Por exemplo: “BANESPA: O dono é você”. (Discutimos este “slogan” em profundidade em F. E. V. TFOUNI, 2003). Existe aí um sujeito-enunciador anônimo, dirigindo-se a um receptor, que também fica indeterminado, visto que “você” pode ser qualquer um que leia o “slogan”.

Antes de continuar, cabe fazer um comentário importante sobre a classificação de Reboul. O autor esqueceu-se, ou simplesmente omitiu-se, de mencionar os **provérbios**, importantes genéricos, que se caracterizam por ser fórmulas encapsuladas do conhecimento do mundo e da experiência factual de gerações, que ficam condensadas em um único enunciado, como: “Homem não chora”, ou “É de pequenino que se torce o pepino”.

Continuando, chamamos a atenção para o fato de que a construção “*law-like*” (em forma de lei), generalizante, confere aos genéricos um caráter de universalidade. Isso faz parecer que eles asseveram uma verdade que é válida em todos os mundos possíveis. Existe nos genéricos, portanto, uma tentativa de apagamento

da subjetividade e das crenças e valores pessoais, o que impede outras interpretações possíveis, produzindo um efeito de transparência do sentido, e colocando forçadamente o ouvinte em uma posição determinada com relação à ideologia.

Assim, por exemplo, em um genérico como “Leite é bom para a saúde”, apaga-se a interpretação de que, em alguns contextos (quando há alergia, por exemplo), o leite pode até provocar doenças. Vê-se aí, do ponto de vista discursivo, uma tentativa de apagar o não-dito que necessariamente sempre acompanha o dito. Do mesmo modo, as condições de produção dos enunciados genéricos são cerceadas, o que impede que a interpretação abra-se para outras possibilidades e também que a dialogia se instale. Por estes motivos, temos nos genéricos discursos do tipo autoritário.

Mas, será que os genéricos funcionam sempre assim?

A esse respeito, recorremos a L. V. Tfouni (2005). Esta autora, que se filia à Análise do Discurso “francesa”, faz uma distinção entre dois genéricos: os genéricos da Lógica tradicional (tal como a premissa maior de um silogismo), e os genéricos das narrativas em geral. Para elucidar essa divisão, a autora fala em dois tipos de interpretação: a **generalizante**, ou lógica (segundo ela, típica do discurso científico hegemônico), e a **narrativizante** (que Tfouni analisa como estando voltada para o relato de experiências e valores sobre o mundo, e carregada de subjetividade).

A autora afirma que nos genéricos do tipo lógico existe uma única interpretação possível, onde a perspectiva para falar do objeto discursivo é fechada, como por exemplo, em: “**Toda fruta tem vitamina**/A maçã é uma fruta/Logo, a maçã tem vitamina”. Já no discurso narrativo, a autora afirma que a interpretação é aberta, como, por exemplo, em: “Lá em casa, quando alguém fica doente, eu logo corro pra dar uma fruta, uma laranja, uma maçã, porque tem vitamina, e vai ajudar a sarar”.

Podemos encontrar peças discursivas de caráter genérico, pretensamente “lógicas”, no discurso sobre a Educação. Por exemplo: “Um grande profissional nunca pára de se educar/Um excelente profissional faz isso na PUC-SP”. (Folha de São Paulo, *Informe Publicitário*, 30/01/2005, p. 5). Temos aí um jogo instalado de significações, que nunca sai dos limites do formulado. Assim, a relação entre “grande profissional” e “excelente profissional” leva a uma interpretação de que o “grande” pode vir a ser “excelente”, caso estude na PUC-SP; caso não o faça, poderá continuar grande, mas nunca será excelente. Trata-se de um silogismo

“Entra burro; sai ladrão”...

“disfarçado”, o que atribui um caráter de logicidade e verdade aos enunciados.

A seguir, procuraremos apresentar os pontos principais da teoria da Análise do Discurso de filiação francesa (AD), a fim de promover uma passagem da análise pragmática do genérico (feita até aqui), para uma análise do mesmo enquanto peça discursiva.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO DE FILIAÇÃO FRANCESA: ASPECTOS CENTRAIS

Para a Análise do Discurso (AD), o sujeito não é um ser empírico, uma pessoa, mas uma *posição*, determinada pela ideologia, em função de um lugar na formação social dada. Deste ponto de vista, podemos pensar que os genéricos produzem o efeito segundo o qual o sujeito é aprisionado em uma única interpretação possível, o que teria relação íntima com uma determinada formação ideológica.

Outro conceito caro à AD é o de equívoco, segundo o qual não há transparência na “mensagem”, mas sim possibilidade constante de o sentido vir a ser outro, através de deslizamentos metafóricos (PÊCHEUX; FUCHS, 1993).

Tais postulações teóricas, aliadas ao conceito de *condições de produção*, fazem com que o analista assuma uma posição diferente daquela ocupada pelo sujeito na atividade linguageira, conforme será discutido em seguida. Note-se, antes, que, por condições de produção, a AD entende o contexto, tanto no sentido estrito (ou o contexto imediato da Pragmática), quanto no sentido lato (ou o contexto sócio-histórico).

Notamos que o leitor comum, em geral, ao ler o genérico, em qualquer uma de suas formas (“slogan”, provérbio, palavra de ordem, etc.), tem como ferramenta para a interpretação o arcabouço ideológico que acompanha o genérico: Ele é interpelado, capturado pela ideologia, que o aprisiona em uma única interpretação possível (impedindo a deriva de sentidos). Já o analista também é afetado pela ideologia, mas, por dispor de um dispositivo teórico, consegue restabelecer as condições de produção desse tipo de discurso e compreender o efeito de evidência de sentido que ele instala.

Por exemplo, no genérico “Quem é brasileiro não desiste nunca”, a interpelação tenta se dar no sentido de fazer crer que todos os brasileiros são persistentes e lutadores, e, portanto, irão enfrentar as dificuldades, sejam elas

quais forem. Já o analista do discurso vai ver aí uma propaganda oficial do governo federal, que historicamente faz parte da campanha anunciada pelo presidente há algum tempo, no sentido de “elevar a auto-estima do brasileiro”. O não-dito desse discurso, que, no entanto, retorna pela memória discursiva, está no fato de que o governo vem sendo desacreditado em função do não-cumprimento de algumas promessas de caráter social que fez quando em campanha. Assim, “não desistir nunca” tem, como paráfrase, para o analista, “não deixar de apoiar os atos do governo em nenhuma circunstância”.

Outro ponto importante a considerar é que, como o sujeito, para a AD, não é o dono nem a origem do sentido, podemos incluir aí as noções de memória discursiva, de história da produção de sentidos, e também de alteridade. Além disso, poderemos dar conta, cientificamente, de que um mundo perfeito, sem o “mal” que alguns genéricos (como os “slogans” de propaganda, por exemplo) carregam, é impossível. Quem pode nos socorrer nesta discussão é a psicanálise, quando afirma que é impossível fazer “um”, pois o sujeito do discurso é dividido por definição (LACAN, 19998a, 1998b; PÊCHEUX; GADET, 2004; AUTHIER, 1990, 1998). Além do mais, as classes sociais são duas: a dominante e a dominada, e segue-se daí que o impossível de fazer “um” seria aplicável à luta de classes, de tal modo que uma sociedade só de trabalhadores seria impossível.

Assim, o “slogan” da modernidade poderia ser o de Marx: “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”. No entanto, a ideologia da pós-modernidade (BAUMAN, 1998; SANTOS, 1986) não partilha dessas crenças e, em vez de um movimento grande, se refrata em movimentos menores, sobre a ecologia ou sobre o direito à escolha de inclinação sexual, ou, ainda, ao aborto. Assim, seriam genéricos da pós-modernidade: “Viva o verde!”, ou “Vamos salvar o planeta!” (HUTCHEON, 1991). Transpondo esta argumentação para a questão da educação e do genérico que estamos analisando aqui, pode-se pensar que “Entra burro; sai ladrão” é um dito típico da pós-modernidade, visto que vem provocar uma fratura na questão geral das condições do ensino público no Brasil, desviando-a para um caso particular, que, curiosamente, é apresentado sob a forma de um genérico, a fim de garantir a eficácia do assujeitamento que pretende levar a efeito.

Em acréscimo a essa discussão, é importante ressaltar que para a AD existem duas ilusões, ou esquecimentos, constitutivos do sujeito do discurso (PÊCHEUX, 1993):

O esquecimento número 1 refere-se ao fato de que o sujeito se julga na

“Entra burro; sai ladrão”...

origem do sentido. Como é de natureza inconsciente (tem relação com o Outro laciano (*A*)), este esquecimento apaga para o sujeito a história da constituição dos sentidos, e como consequência, o sujeito pensa que o sentido “brota” nele (tem origem ali) no momento em que fala.

O esquecimento número 2 refere-se à ilusão da materialidade do pensamento. É de natureza semiconsciente e relaciona-se com o pequeno outro laciano (*a*). Faz o sujeito pensar que aquilo que ele diz (formula) é idêntico àquilo que ele pensa, e leva-o a crer que é possível formular mensagens claras, sem ambigüidade.

Estes dois esquecimentos produzem no sujeito a evidência do sentido, ou do sentido já-lá, como se fosse o produto de uma relação direta pensamento-linguagem-mundo.

Peças discursivas, tais como os genéricos, que procuram estabelecer um sentido único (apenas uma interpretação possível) estão, portanto, trabalhando no âmago das duas ilusões. O trabalho do analista, como já afirmamos, será produzir um deslocamento nas fronteiras das formações discursivas, procurando evidenciar as zonas de silenciamento, que estão bordejando esses discursos, ao mesmo tempo em que procura mostrar como eles trabalham o imaginário social.

Assim, por exemplo, no trabalho já mencionado sobre o “slogan”: “Banespa, o dono é você” (TFOUNI, F. E. V., 1995), mostramos que, sob a aparência de estar se filiando a um discurso de esquerda (“o dono é você”), esse “slogan” está, na verdade, protegendo um estado de coisas segundo o qual o dono do banco é o Estado. Esta interpretação é possível devido ao uso das marcas lingüísticas “dono” e “você”, que são colocadas em relação de equivalência, criando o efeito de que qualquer um (o leitor do “slogan”, seja ele quem for) pode ser dono de um banco. Ora, sabe-se de sobejo que numa sociedade capitalista isto é uma balela.

O que esse “slogan” silencia é que não é possível ser dono de um banco sem ser dono do capital. Como dissemos acima, uma das maneiras que temos para analisar o “slogan” é através das paráfrases, como concebidas na AD, ou seja: trata-se de verificar quais outros enunciados poderiam ser ditos no lugar do “slogan”, e também de verificar quais enunciados se está deixando de produzir.

Recorrer à AD, então, significa que o analista vai insistir e apostar na heterogeneidade, ali mesmo onde o “slogan” pretende produzir um sentido único.

A maneira que o discurso possui, na formação social atual, de fazer algo,

é através da interpelação, em oposição à determinação, como ocorria na Idade Média. Assim, o “slogan”, ou os genéricos em geral, deve servir como um chamamento ao sujeito para que este assuma seu lugar, ou, nas palavras de Pêcheux:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (1993, p. 165-166)

Como essa posição é imposta ao sujeito? Este “slogan” parece propor um fim do conflito de classes. O que garante que cada um vai ocupar o seu lugar, ou um lugar, na sociedade, é justamente o caráter traumático da luta de classes. Como diz Zizek (1999), a luta de classes é um real traumático, que não pode ser simbolizado totalmente. A luta de classes é uma ferida que nunca fecha, porque não pode ser simbolizada em completo pelo sujeito. Esse trauma, esse verdadeiro escândalo, é o que faz com que a ideologia seja internalizada. Em outras palavras, o trauma, antes de algo que apenas se busque suturar, é a condição mesma da interpelação:

Althusser fala apenas do processo de interpelação ideológica mediante o qual a máquina simbólica da ideologia é “internalizada”, na experiência ideológica do Sentido e da Verdade: mas podemos aprender com Pascal que essa “internalização”, por uma necessidade estrutural, nunca tem pleno sucesso, que há sempre um resíduo, um resto, uma mancha de irracionalidade e absurdo traumáticos que se agarra a ela, e que *esse resto, longe de prejudicar a plena submissão do sujeito à ordem ideológica, é a própria condição dela*: é precisamente esse excedente não integrado de trauma sem sentido que confere à Lei sua autoridade incondicional; em outras palavras, é ele que, na medida em que escapa ao sentido ideológico, sustenta o que poderíamos chamar de *jouis-sens* ideológico, o gozo-no-sentido (*enjoy-meant*) que é próprio da ideologia. (ZIZEK, 1999, p. 321)

A eficácia das fórmulas genéricas está no fato de que, por condensarem os

“Entra burro; sai ladrão”...

valores, julgamentos, opiniões, enfim, um imaginário social dominante e determinante de certas posições de sujeito, esses genéricos criam sítios de significação, ou lugares do interdiscurso (da memória do dizer) que irão produzir uma ilusão de que na sociedade não existem conflitos nem contradições, e que há uma comunhão universal de idéias, o que ajuda à manutenção do “status quo”.

Com relação à Escola, que é nosso objeto específico de investigação, podemos perceber duas formações discursivas onde estes genéricos encontram abrigo. A primeira delas, de concordância com a ordem vigente, faz circular enunciados como o genérico “Entra burro; sai ladrão”, cuja significância se aninha na crítica destrutiva e numa visão negativa da Escola. A segunda, que poderíamos reconhecer como sendo de resistência, procura apresentar uma leitura alternativa (na verdade, uma re-leitura) para esse discurso pessimista que circula sobre a Escola. As posições-sujeito que podem ser ocupadas, tanto num caso, quanto no outro, são imprevisíveis. Como o sujeito, na AD, não é um indivíduo empírico, mas antes uma posição diante do simbólico, segue-se que não importa a categoria sócio-profissional, nem o grau de instrução, nem o poder aquisitivo do sujeito, pois esses critérios sociológicos não ajudam a prever em qual formação discursiva o sujeito vai se aninhar ao fazer uma formulação qualquer sobre a Escola. Isto se passa assim também porque a ideologia interpela o indivíduo em sujeito de maneira inconsciente, e, portanto, mesmo carregado da melhor das intenções, o sujeito do discurso, ainda que sem se dar conta, pode adotar um discurso difamatório, ou negativo, inclusive sobre si mesmo, como é o caso aqui analisado, em que os próprios alunos utilizam uma discursividade negativa a respeito da própria escola e de seus futuros como cidadãos.

Apresentaremos a seguir vários discursos que ilustram como isto ocorre:

- a) Em uma redação sobre sua festa de aniversário, um aluno da quarta série do ensino municipal de Ribeirão Preto, após enunciar a série de coisas boas e gostosas que havia na festa (brigadeiro, bolo, etc...) escreveu que tinha também ganhado muitos brinquedos, mas que não podia levá-los à escola, pois (e aqui vem o genérico) “escola não é lugar de brinquedo”.
- b) Em artigo onde analisa os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa, James (2003) apresenta vários recortes onde o processo de impessoalização e generalização produz um antagonismo entre aqueles que escreveram o texto e os professores, seus virtuais leitores,

de quem se espera que coloquem os Parâmetros em execução. Por exemplo, em: “O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena cidadania” (JAMES, 2003, p. 190 *apud* BRASIL, 1998, p. 23), segundo o autor, instala-se um sentido único, segundo o qual, por exemplo, apenas a cidadania *plena* (e não outra) seria valorizada na Escola. Criam-se aí dois lugares: o do enunciador genérico (PÊCHEUX, 1993; BENVENISTE, 1991; DUCROT, 1979, 1987), que diz o que deve ser feito de forma “transparente” e “plena”; e o do receptor da mensagem (leitor), no caso, os professores que devem executar a proposta, e que irão lidar com alunos e questões concretas, particulares; c) Finalmente, queremos reportar-nos ao discurso teórico sobre o ensino e a educação, e fazer notar que está em curso uma releitura sobre o fracasso escolar, que vem inaugurar novos sítios de significação, que contestam vários genéricos antes aceitos como verdades. Apenas para citar dois autores que ocupam esta nova posição-sujeito, temos Lahire (v. g. 1997) e Charlot (2000), que inauguram, com seus textos, novos discursos, de resistência, sobre a Escola, procurando substituir o termo genérico, polissêmico e polifônico (no sentido atribuído a esses dois termos por Bakhtin (1998)) “fracasso escolar” por verdadeiros “objetos de pesquisa” (CHARLOT, 2000, p. 14 *et passim*). Este último autor, por exemplo, afirma, comentando a respeito da expressão “fracasso escolar”, que

esses objetos de discurso que se transformaram em categorias “evidentes” de percepção do mundo e que funcionam como atrativos ideológicos tendem a impor-se ao pesquisador. Este corre constantemente o risco de ver-se “repassar” objetos sociomediáticos como objetos de pesquisa, no sentido em que se faz “repassar” dinheiro falso (ou uma doença...). (p. 14)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que este trabalho contribui para mostrar que existe um discurso dos alunos de escolas públicas sobre estas, ou seja, que de fato eles dizem algo, e algo que deve ser levado em conta nos estudos do discurso e da pedagogia.

“Entra burro; sai ladrão”...

Por trás de um enunciado aparentemente anárquico, e de um enunciatório a quem a sociedade confere pouca credibilidade, surge um discurso lúcido e coerente: o de que as escolas públicas pecam em qualidade, fato esse que o “slogan” em questão denuncia como decisivo para o fracasso escolar e a reprodução social.

Importante é assinalar que os enunciadores desse dizer são, na verdade, o próprio objeto do dizer, ou seja, os sujeitos, na posição de alunos, colocam a escola pública como um lugar gerador de criminalidade, e identificam-se, deste modo, com a posição de criminosos. Esse fato tem relação com a questão do esquecimento nº 1, pois, repetindo essa fórmula genérica, os estudantes demonstram sentir-se na origem do dizer, um lugar onde as diferenças e desigualdades são apagadas, pois “todos diriam igual” nessas mesmas condições.

Quanto à questão do gozo, deve-se notar que o sujeito goza, mesmo sendo o objeto sobre o qual recai a crítica contundente contida no enunciado, isto porque o gozo aí implica uma posição crítica para falar de algo que, no mundo capitalista, é tido como uma mercadoria sem valor, que é a escola. Dizendo “Entra burro; sai ladrão”, o sujeito denuncia o estado de deterioração do ensino público no país. No entanto, devido aos paradoxos do gozo, o sujeito goza desse mal-estar, ali mesmo onde julga estar criticando-o, isso porque um resto não-simbolizável do trauma (ou mal-estar) aí envolvido amarra o sujeito no discurso que ele mesmo deseja criticar.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.

_____. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 4. ed. São Paulo: UNESP; HUCITC, 1998.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília: MEC; SEF, 1998.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DÄHL, O. On generics. **Logical Grammar Report**, n. 6, University of Gothenburg, Dept. of Linguistics, 1972.

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística** (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1979.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

HUTCHEON, L. **Poética do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMES, W. Professor, aluno e ensino na discursividade dos documentos oficiais.

Fragmentos, n. 22, p. 183-203, 2003.

LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In:

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a. p. 807-842.

_____. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____.

Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b. p. 496-533.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (Org.). **Gestos de leitura - da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, E; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento?. Campinas: Pontes, 1990.

_____; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, E; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____; GADET, F. **A Língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

REBOUL, O. **O slogan**. São Paulo: Cultrix. 1975.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

“Entra burro; sai ladrão”...

TFOUNI, L. V. Letramento e atividade discursiva. In: _____. (Org.). **Letramento e alfabetização**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 65-77.

_____. **Da lógica à pragmática**. Manuscrito não-publicado. 1986.

TFOUNI, F. E. V. **Quem é o dono do Banespa?**: análise de um slogan. Não publicado, 1995.

_____. **A linguagem e o sintoma na análise de “slogans”**: a fetichização da mercadoria. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

ZIZEK, S. Como Marx inventou o sintoma? In: _____. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 297-331.

Recebido em 07/02/07. Aprovado em 23/03/07.

Title: “You start stupid; you end up a thief”- the imagery about school materialized in generics

Author: Fábio Elias Verdiani Tfouni; Leda Verdiani Tfouni

Abstract: Our goal here is to analyze a part of the imaginary about school in Brazil. In particular, we intend to investigate a generic formula, “Entra burro; sai ladrão” (You start stupid; you end up a thief), because it is in places like this (which also include slogans, proverbs and maxims) that specific discursive formations on how the collective subject represents the school institution are condensed. We depart from the basic principle that the generic functions as a command which allows the subject, by occupying a definite ideological position, to experience pleasure and fruition. We also aim to establish a relationship between the results obtained in the analysis and the representations that are constructed about school. From a theoretical point of view, we try to describe how memory is updated, both in official discourse and in the popular imagery, thus producing naturalized meanings. One important aspect in studies like this one is that it is about discourses, and thus, about the knowledge of the users of the school system itself.

Keywords: discourse; imagery; school; student.

Titre: “À l’entrée, borné; a la sortie, voleur” - l’imaginaire sur l’école materialise dans les generiques

Auteur: Fábio Elias Verdiani Tfouni; Leda Verdiani Tfouni

Résumé: Notre objectif dans ce travail est celui d’analyser une partie de l’imaginaire social sur l’École au Brésil. On a l’intention, en particulier, de rechercher une formule générique « À L’Entrée, Borné ; à la Sortie, Voleur », parce que c’est dans des endroits discursifs pareils (où sont inclus aussi des « slogans », proverbes et maximes) qui se concentrent des formations discursives spécifiques à l’égard de comment le sujet collectif représente l’institution écolière. On est parti du principe que le générique marche comme un commandement qui fait que le sujet « jouisse », quand il prend une position idéologiquement définie. On a l’intention, encore, de mettre en relation les résultats obtenus dans l’analyse avec les représentations qui sont construites sur

l'École. Selon le point de vue théorique, on cherchera à décrire comment la mémoire se met à jour, de la même façon dans le discours officiel que dans l'imaginaire populaire, naturalisant des sens. L'un des aspects importants parmi des études de ce type c'est qu'il s'agit d'approcher les discours, par conséquent, la « connaissance » des usagers eux-mêmes du système écolier.

Mots-clés: discours; imaginaire; école; étudiant.

Título: “Entra burro; sai ladrão” – el imaginario sobre la Escuela materializado en los genéricos

Autor: Fábio Elias Verdiani Tfouni; Leda Verdiani Tfouni

Resumen: Nuestro objetivo es analizar parte del imaginario social sobre la Escuela en Brasil. Pretendemos, en particular, investigar una fórmula genérica: “Entra burro, sai ladrão” (entra burro y sale ladrón) por ser en lugares discursivos como este (en que se incluyen también eslogan, proverbios y máximas) que se condensan formaciones discursivas específicas sobre cómo el sujeto colectivo representa la institución escolar. Nuestro principio es que el genérico funciona como un comando que permite que el sujeto “goce” al ocupar una posición ideológicamente definida. Asimismo pretendemos relacionar los resultados obtenidos en el análisis con sus representaciones que son construidas sobre la Escuela. Desde del punto de vista teórico, intentaremos describir cómo la memoria se actualiza, tanto en el discurso oficial como en el imaginario popular, naturalizando sentidos. Uno de los aspectos importantes de este tipo de estudio es que aborda los discursos y, por lo tanto, el “conocimiento” de los usuarios del sistema escolar.

Palabras-clave: discurso; imaginario; escuela; estudiante.